

ANL
P11

Carlos Alberto Sardenberg

Perguntem aos parlamentares qual terá sido o *lobby* mais competente na Constituinte. A maioria responderá sem vacilação: os militares. Nada menos que 13 oficiais-generais, das três Forças, instalaram-se em gabinetes no prédio do Congresso e acompanharam assiduamente todos os trabalhos, com especial atenção, é claro, para os assuntos militares e de segurança nacional. Constituintes foram convidados para visitar instalações militares importantes e ouvir exposições sobre conceitos de defesa e segurança.

Perguntem agora quantos representantes da sociedade civil foram ouvidos na subcomissão da Constituinte encarregada de defesa e segurança. Resposta: um, um professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que foi lá em nome do Núcleo de Estudos Estratégicos, talvez a única unidade universitária a se dedicar sistematicamente aos assuntos militares. E esse professor é um militar da reserva, o coronel Geraldo Cavagnari.

Não é de admirar que os militares tenham levado todas. Além do ambiente político — um processo de transição lenta e cautelosa — a manutenção das prerrogativas dos militares na nova Constituição, quase como eram no regime autoritário, decorreu também da competência organizada dos comandantes das Forças Armadas. E de um terceiro fator: o fato de lideranças políticas civis concordarem (ou mesmo desejarem) que fosse reservada uma função política interna às Forças Armadas o papel de guardiães da lei e da ordem.

A teoria e a prática da democracia tradicionalmente reservam às Forças Armadas o papel de defesa do país contra agressões ou ameaças externas. A segurança interna sempre foi um problema da política. E tanto as Forças Armadas quanto a polícia normalmente são submetidas a controle civil — no primeiro caso, um ministério da Defesa, chefiado por um líder político do partido no governo e, no caso da polícia, o ministério do Interior, também um cargo civil.

A tese de que as Forças Armadas deveriam se ocupar da segurança interna — da manutenção da lei e da ordem — com poderes, portanto, para intervenção em assuntos políticos, surgiu na América Latina a pretexto (bom pretexto) de se combater os movimentos revolucionários de esquerda, organizados a partir dos anos 60 com o propósito de derrubar o regime capitalista pela subversão armada interna. Digo "a pretexto" por dois motivos: primeiro, não poucos setores sociais desejavam impor regimes autoritários para aplicar políticas econômicas fortemente conservadoras, com sacrifícios para a maioria da população, o que seria impossível na vigência das franquias democráticas. O segundo motivo: mesmo nos países em que a guerrilha representou ameaça real, o combate poderia ser feito por uma polícia controlada pelo governo civil. Como ocorre

hoje na Espanha redemocratizada. O combate ao terrorismo basco, embora este freqüentemente eleja militares como alvo de seus atentados, é feito pela polícia submetida à jurisdição do ministério do Interior. Tanto o ministério do Interior quanto os chefes da polícia são civis.

Com ameaças reais ou não, surgiram por aqui os regimes militares, mais ou menos duros, mais ou menos violentos, "para salvar a democracia." Na verdade, porém, a democratização dos últimos anos se fez precisamente pela supressão do controle militar sobre os regimes políticos, que devem se tornar civis. Mas esse é apenas o primeiro passo. O segundo, e mais difícil, é inverter a relação, isto é, estabelecer o controle civil sobre as Forças Armadas. Como ocorre em todas as democracias estabelecidas.

O Brasil está longe disso. A nova Constituição deverá preservar largas prerrogativas militares, inclusive o papel essencial na manutenção da ordem interna. Continuamos com o recorde de seis ministérios militares, os serviços de informação e inteligência são totalmente militarizados e por aí vai. Como ministros os chefes militares obrigatoriamente têm participação na política interna e uma participação naturalmente privilegiada: detêm o monopólio do exercício da força, que é sempre uma forte tentação diante de conflitos políticos inevitáveis e normais numa democracia.

Mas a sociedade e os partidos querem efetivamente deixar os militares fora disso? Pela tradição brasileira, a resposta seria negativa. As diversas forças políticas sempre quiseram ter à mão a possibilidade de recorrer aos militares. Lembrem-se das "vivandeiras de porta de quartel?" Exemplos recentes indicam na mesma direção. Setores conservadores procuraram apoio militar para impedir a reforma agrária. E setores progressistas buscaram alianças militares para defender políticas nacionalistas de tecnologia, em geral, e a reserva de mercado na informática, em particular.

Portanto, o primeiro movimento para o estabelecimento do controle civil sobre as Forças Armadas é a formação da convicção política e ideológica de que isso será bom para a estabilidade da democracia. Ou, dito de outro modo, a convicção de que a intervenção militar política interna, para um lado ou para outro, é antes um fator de instabilidade. Naturalmente, essa convicção precisa integrar tanto a cultura civil quanto a militar.

E o segundo movimento, paralelo, é a formação de competência civil em questões militares, incluindo defesa externa e interna, segurança nacional e serviços de informação. Se continuarmos achando que tudo isso é coisa de milico, vai continuar sendo.

Carlos Alberto Sardenberg é repórter do JORNAL DO BRASIL em São Paulo